

## LEITURA DE UMA UTOPIA FEMINISTA DE ANA DE CASTRO OSÓRIO

Maria Luísa Malato

Os conceitos de “utopia” e “elite” são transversais ao projeto da *Seara Nova* desde a primeira página do primeiro número. A responsabilização da “elite portuguesa”, do escol intelectual do país é a principal, quase única, responsabilidade da *Seara Nova*, pelo menos numa primeira fase, bem como o fator mais determinante da elevação cultural e civilizacional em que os membros fundadores da revista se encontram empenhados:

Não comunga ela [a *Seara Nova*] no vão e pernicioso sofisma que são os políticos os únicos culpados da nossa situação. A verdade é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa. Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país e em geral a sua elite. (1921, 1, 1)

Tomamos aqui, por ora, as palavras “utopia” e “elite” nos seus sentidos mais amplos: a “utopia” como imaginação (mais ou menos mitificada) de um mundo melhor e a “elite” como parte de uma sociedade que é vista pela restante como modelo, seja por razões económicas, sociais, intelectuais ou morais. Mas é inegável que por vezes as palavras “elite” e “utopia” tomam, em alguns textos ou em alguns autores da *Seara Nova*, um carácter mais específico: a “elite” como um grupo de cidadãos que se salienta dos restantes por consubstanciarem a excelência de um projeto político; e a “utopia” como ficção literária que ilustra a excelência de projeto social, inexistente na realidade mas possível devido a uma perfectibilidade do ser humano.

### **A confiança na elite**

A responsabilidade política da elite intelectual prende-se naturalmente com o princípio matricial do Grupo da Biblioteca Nacional. Saindo o primeiro número da *Seara Nova* a 15 de outubro de 1921 – num ano em que estava já esboroadado o projeto de um presidente-rei, com Sidónio Pais (assassinado em dezembro de 1918) e poucos dias antes da “Noite Sangrenta” (a 19 de outubro), quando foram assassinados alguns membros históricos da Proclamação da República Portuguesa –, a revista era claramente uma

tentativa de salvar o projeto republicano a partir das cinzas. Lutava contra específicos projetos políticos que se iam constituindo, mas também contra as novas elites que se afirmavam, muitas vezes através das revoltas armadas. O campo belicista não é o visado pelos fundadores da *Seara Nova*: querem-se um projeto político não partidário, baseado numa política de Educação. Como defendeu Jaime Cortesão nessa mesma época, a ignorância dana mais que a corrupção, até porque a própria corrupção pode ser entendida como uma forma de ignorância (Cortesão *apud* Lemos, 1966: 89). A *Seara Nova* visaria, antes de tudo o mais, formar condições para uma “Política do Espírito” – curiosa expressão de Raul Proença ou António Sérgio (cf. Dias, 2002: 26), usada por oposição à “Política do Ventre”, ditada pelas opções do animal, irracional e brutal, que permanece ativo no ser humano.

Esta oposição implica, por si só, uma perspetiva elitista e utópica. Elitista porque nem todos a ela estão dispostos, e dessa excepcionalidade está bem ciente a *Seara Nova*: a cultura que interessa exige pensamento crítico e muitas vezes sacrifício pessoal, individual. Utópica porque pede a imaginação de uma sociedade melhor que a existente: a cultura que nos salva não é a cultura da violência, do impulso, mas a da construção racional/pensada de uma cidade em que a diferença possa conviver com a opinião. O projeto da *Seara Nova* só pode ser elitista e utópico porque a elite de um país analfabeto e a reescrita do mundo vão invariavelmente de mão dada.

A vida política de uma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. Por outro lado, nenhum régimen político de mentira e incompetência se pode manter em qualquer país sem que essa incompetência e essa mentira sejam os característicos dominantes da sua própria elite intelectual. (*ibidem*)

Estas ligações são tanto mais importantes quanto são indeléveis os dois conceitos. As utopias são tão inevitáveis quanto as elites, ainda que haja elites que dizem mal de utopias, ou utopias que sonhem com o fim das elites. Os autores da *Seara Nova* dão-se conta muitas vezes desse paradoxo: para que haja um mundo melhor, há uma elite a construir contra outras elites. A elite que a *Seara Nova* visa construir contesta explicitamente a elite aristocrática do Antigo Regime ou a elite burguesa, opõe-se quer à aristocracia decadente do Antigo Regime, quer à que triunfou das lutas liberais. A *Seara Nova* aspira à formação de uma elite moral. É inevitavelmente utópica porque o seu pensamento não visa o indivíduo, mas o interesse coletivo. E

é inevitavelmente elitista porque não quer começar por uma imposição do pensamento mecânica e radica numa introspecção individual.

António Sérgio estabeleceria de forma bem clara esta comunhão do sentido introspectivo com a transformação da sociedade: “[...] que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional que é o ponto de vista social” (Sérgio, 1926, 292). Significativamente, ainda segundo António Sérgio, o impulso do poder deve voltar-se até, desde logo, contra o próprio indivíduo, que se sacrifica em prol da comunidade. Sublinhemos a importância deste sacrifício : o indivíduo deve para isso criar “um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos” (*ibidem*).

Essa dimensão moral, que só depois é intelectual, revela-se frequentemente nas metáforas religiosas. O texto inicial da *Seara Nova* apresenta-se como “um acto de contrição” da desejada elite (1921: 1, 1). E não deixa de ser significativo que Luís Augusto Costa Dias, num curioso estudo publicado em 2002, saliente este aspeto religioso da proposta racionalista, em que o número mínimo dessa “elite” vai sendo aproximada ao número dos discípulos de Cristo. Com quantos indivíduos se faz uma “elite”? Quantos são precisos para espalhar a palavra? Responde Raul Proença: “o próprio cristianismo, a maior empresa colectiva realizada, na esfera das consciências, pela civilização, partiu nas suas origens de um apostulado de doze homens” (*apud* Dias, 2002: 28).

Acreditamos que esta relação entre ligação entre a projetada elite e a sua dimensão utópica foi determinante. De resto, foi já salientada por Norberto Ferreira da Cunha, quando se debruçou sobre o conceito de “cidadania” nos textos da revista. O que norteia essa “elite seareira” é o desejo audaz (ou a impossibilidade) de ser uma elite nova, diferente das que, ao longo do tempo, foram marcando a intelectualidade portuguesa:

A cidadania, corolário do Contrato Social, é – como disse Raul Proença – um imperativo da razão prática. É pelo livre exercício desta que postulamos um conjunto de deveres morais e deduzimos um conjunto de direitos que não só salvaguardam a nossa autonomia como a autonomia alheia. Autonomia cujo aprofundamento exige a sua emancipação de qualquer autoridade para além da própria razão (como as crenças religiosas) e tem na escola e na economia cooperativista (de consumo) as suas instituições mais eficazes, por excelência: a primeira, porque promove o self-government e a pedagogia do trabalho (fazendo convergir a competência e a liberdade)

a segunda porque, ao abolir o lucro, abole a luta de classes. Teremos assim conseguido a “*Seara Nova*” da cidadania que liberais e republicanos não conseguiram ou não quiseram semear. Parece, porém, que o projecto duma extensão da cidadania à maior parte das dimensões da vida colectiva e de uma reorganização de todas as relações sociais sobre o modelo da participação democrática releva, em grande parte, da utopia. (Cunha, 2002: 60)

### **A desconfiança da utopia**

A relação entre os conceitos de “elite” e “utopia”, sendo quase óbvia, não é, todavia, estática. Se nos anos vinte do século passado se lida bem ainda com a palavra “elite”, com conotações predominantemente positivas, o mesmo não sucede com a palavra “utopia”, desde há muito contaminada pelas conotações negativas da terminologia político-filosófica sobre os diferentes tipos de socialismo: muito antes das utopias negativas de Adorno ou Horkheimer, já na linguagem filosófica, ou até na corrente, a “utopia” designa o que é impossível, irrealista, fantasista. Certo é que esta noção de “utopia” nos parece ser, desde muito cedo, um pouco incómoda para os novos seareiros. Até porque o pensamento de Antero de Quental está presente na formação literário-filosófica de muitos dos que fundaram a *Seara Nova*, não podemos esquecer as polémicas internacionais que se travaram entre Proudhon e Marx e a crescente clivagem/ oposição entre a eficácia ou ineficácia do “Socialismo utópico” e o Socialismo revolucionário, “realista”, tal como se ia desenvolvendo na Revolução Russa, que eclodiria supostamente como revolta popular em 1917 (sendo legível que o povo russo não tinha outra formação ideológica que não fosse a fome).

O próprio Raul Proença experimentara já dessa ambiguidade quando, em junho de 1910, nas vésperas da instauração da República, se vira obrigado a responder a um leitor do jornal *Alma Nacional*, que, depois de ter lido os seus “Atrevimentos de opinião”, o acusava de ser “utópico” por defender orgulhosamente a autonomia da razão. Num artigo breve, intitulado “O Orgulho e a Utopia”, Proença apresenta subtilezas que não nos parecem ter grande legibilidade para a maior parte do público inflamado que lê os jornais de então (Proença, 1910: 18, 287): o orgulho é positivo, porque se distingue da vaidade, e a utopia é positiva porque impulsiona a mudança social. De certo modo, a concepção política do Eterno Retorno, delineada por Proença, é ainda uma resposta a esta tensão entre a “utopia” (entendida como impulsionadora linear do movimento) e a “inércia” (que marca esse mesmo movimento), cada uma derivada da outra.

De resto, a *Seara Nova* parece evitar a palavra “utopia”, como compreensivelmente faz com a maior parte das palavras equívocas, pelo menos às que pode fugir. Para refutar qualquer associação a projetos de violência revolucionária, os seareiros esforçam-se por usar sinónimos, sinédoques, metonímias, antonomásias, ironias: falam de “quixotismo”, de desejos “quiméricos”, dos “fabricantes de quimeras” ou “salvadores de meia-tigela”, do “ideal humano”, considerando a Revolução um “nome pomposo”, uma “festa” ou um “morteiro” (cf. Lemos, 1966: 26, 38, 63, 77, 78).

Cada uma das palavras do credo revolucionário, universal – República, radicalismo, socialismo, igualdade, liberdade, Revolução – está ainda hoje envolta numa teia de lamentáveis equívocos. Desfazer esses equívocos, definir da maneira mais nítida todos os problemas da consciência social e todas as aspirações verdadeiramente revolucionárias, clarificar as inteligências, acordar em todos os espíritos a chama viva da compreensão – tal será uma das tarefas mais urgentes da *Seara Nova*. (SN, 1, 1)

Para estabelecerem subtis pertinências conotativas, fazem uso de pertinências entre maiúscula e minúsculas, o singular, mais idealista que o plural:

O Grupo *Seara Nova* quer a Revolução, mas não aplaude as revoluções; O Grupo *Seara Nova* não olha para o passado, olha resolutamente para o Futuro; O Grupo *Seara Nova* não fará festas nem lançará morteiros. Dirige todos os esforços para a acção e para a preocupação do dia de hoje e de amanhã. (SN, 1, 3)

Essa ambiguidade está ainda nas palavras de um articulista que, no número 12 da *Seara Nova*, reage a uma mensagem de simpatia do jornal *Amanhã*. Aí se reconhece nos parceiros do *Amanhã* uma comum linguagem utópica, mas sublinha as diferenças: uma *oposta* concepção dos métodos para mudar a sociedade. Citemos a passagem, que é significativa: “O que distingue a acção dos escritores do *Amanhã* da que orienta os publicistas da *Seara Nova* não é a audácia das utopias e das esperanças, igual nuns e noutras. É a maior ou menor confiança na menor *perfectibilidade imediata* dos homens” (SN, 12: Notas e Comentários, 320, itálico nosso). O que a *Seara Nova* defende é “uma lenta acção educativa” (*Ibidem*). E essa lentidão do processo (educativo, e consequentemente do económico ou político) é uma garantia de paz e de sucesso do desejo. É preciso fazer um “homem novo”, sim, mas é garantia do sucesso fazê-lo lentamente.

Em 1935, Álvaro Salema escreverá “Sobre as utopias [sic] de Tomás Morus” (1935: 448: 247), alertando simultaneamente para o seu valor e a sua inutilidade. Na opinião de Álvaro Salema, a obra de Morus bem merecia que os utopistas do século XIX, à maneira de Saint-Simon, a lessem com atenção para corrigirem os seus erros. Mas Álvaro Salema vê, na obra de Morus, antes e depois do mais, “uma fantasia minuciosa”, “um devaneio intelectual”:

[Tomás Morus] enreda-se em contradições, perde-se em incertezas, dissolve toda a possível beleza dos desejos em efeitos de crítica puramente negativa. Todos os construtores de utopias são assim: gentilíssimas pessoas inúteis. (Salema, 1935, n.º 448, 246-7)

Apesar das “previsões verdadeiramente geniais”, Salema lamenta que Morus não tenha, afinal, lido Marx: não encontra na obra a preocupação em fazer/ realizar, a análise do processo, “a dialética perturbadora das razões económicas” ou a angustiosa luta de classes (cf. *Ibid*: 248). Mas é interessante que Salema admire na *Utopia* de Morus alguns dilemas da construção do “homem novo” – a que a sua própria época (e a *Seara Nova*) são sensíveis: precisamente a importância de uma “elite” e de uma “utopia”, mais especificamente a imaginação de uma “sociedade regida democraticamente por místicos-intelectuais”... (*Ibidem*).

### ***Mundo Novo: um romance utópico***

Estas questões que unem as utopias [sic] de Morus e as elites [sic] portuguesas – a dimensão utópica, inacabada, da perfectibilidade do ser humano, o poder transformador da educação, a fragilidade das elites por construir, ou a invisibilidade de algumas lutas de cidadania – parecem-nos paradigmaticamente ser reproduzidas numa obra de Ana Osório de Castro, *Mundo Novo*, romance que, não tendo data na folha de rosto, é assinalado como escrito em 1927. Hoje é pouco conhecido, talvez nunca o tenha sido. E nunca se valorizou nele a dimensão utópica. O exemplar existente na FLUP (da Biblioteca Pedro Veiga/ 2798) encontrava-se ainda com as páginas por abrir. A Biblioteca Nacional dá conta de uma edição de 2018, pela Editora Sibila, de Lisboa.

Ana de Castro Osório é uma das raras mulheres seareiras. O *site* das Revistas de Ideias e Culturas permite-nos hoje facilmente identificar os 5 artigos que Ana de Castro Osório (1872-1935) escreveu na *Seara Nova*, entre 1928 e 1930: “A crise do livro português”, comentários a *Cartas de Angola*,

de Gastão Souza Dias (cf. SN n.º 125, 127 e 129), e uma resenha a *Portugal Pequeno*, de Raul e Angelina Brandão, na seção “Livros para Crianças” (cf. a de seu filho José Osório de Castro ao mesmo livro, no n.º 201). Ainda que seja uma contribuição quantitativamente menor, este cruzamento de referências pode corroborar o nosso interesse por esta colaboradora da *Seara Nova*, ainda hoje tão pouco estudada (o mesmo sucede às colaboradoras femininas da revista, das revistas, tantas vezes arrumadas nos assuntos menores que são as mulheres e as crianças). A maior parte das enciclopédias e dicionários de escritores portugueses remete ainda hoje os leitores das obras femininas invariavelmente para a Literatura Infantil, forma de memorização a que o investigador Carlos Nogueira já reagiu escrevendo *Resposta a Italo Calvino* (2018). Estrategicamente, no caso de Ana de Castro Osório, esquecemo-nos da sua obra romanesca e da sua obra cívica em prol dos direitos “das mulheres e das crianças”, temas que, em geral, não ocupam ou preocupam os teorizadores da *Seara Nova*.

O romance *Mundo Novo*, de Ana de Castro Osório, tem como protagonista Leonor, uma mulher que faz sozinha uma viagem de Portugal para o Brasil, numa aparente fuga a um casamento combinado entre famílias. O leitor que está à espera de um romance sentimental pode perguntar-se: o que tem este romance a ver com os princípios seareiros?

*Primum*, a reflexão sobre as falsas elites. Sublinhe-se, desde já, que, sob a capa de um romance sentimental, a autora descreve Leonor fugindo de uma elite: uma elite de sangue, marcada pelo mérito das heranças, que oscila entre os rituais aristocráticos e as preocupações materiais. Essa elite permite extravagâncias masculinas: “viligiaturas comedidas em termas ou praias de luxo; de anos a anos uma passeata ao estrangeiro; a renovação do mobiliário fora da moda; a posse de um automóvel e de algumas parelhas de cavalos (a sua paixão atávica de criador) e por fim, o casamento por amor com uma rapariga de convívio agradável e família conhecida, e que ele vista e calce e passeie, e lhe dê em troca os filhos necessários para a continuação da dinastia dos Mendes, da Rebordosa” (Osório, s.d.: 18). As extravagâncias femininas parecem decorrer da comodidade de se afeitar às masculinas.

Em segundo lugar, a importância de uma reforma educativa, no caso específico, da educação dada às mulheres, ainda nas suas elites. Leonor foge, não só a um casamento, mas também à sua educação inútil, desde logo aquela que a educa para a vida doméstica e a torna inapta para uma qualquer profissão que não seja manual: “Pobre fermento de sonhos, ambições e vaidades, terreno preparado para todas as aventuras dum futuro que

a minha dealbante consciência não podia sequer antever e, muito menos, determinar” (Osório, s.d.: 19).

Em terceiro lugar, a transformação da fuga física num combate intelectual: também aqui das cinzas se observa o renascimento. Leonor duvida dessa visão que sobre ela cai: na verdade, descobre ela, por si e à sua custa, que nada se ganha com a fuga se a fuga não se transformar numa estratégia bélica, sem armas, sem violência retribuída. Os termos em que Leonor o define são muito semelhantes aos que aparecem na *Seara Nova* (ainda que a questão feminina não seja aprofundada *Seara Nova*, ou sequer conste dos seus principais textos programáticos). Combates à parte, por causas não absolutamente coincidentes, mas com clara afinidade ou paralelismo, Ana de Castro Osório/ Leonor e os escritores da *Seara Nova* concebem-se como “combatentes” de guerras silenciosas e silenciadas, levadas a cabo por indivíduos desgarrados, contra falsas elites, solidamente instituídas. Num dos cadernos da *Seara Nova*, intitulado *Polémica e Abstenção*, José Bacelar descreve essa “guerra encapuçada mas de morte” que se move a quem pensa de modo diferente e não encontra na sociedade quem o apoie na sua luta: a essa guerra não se pode sempre fugir, nem se deve travar a batalha sozinho (1939: 21, *et passim*, 86-7; 98-9). Leonor assim também pensa. E, como Proença em 1910, lembra o impulso utópico que transforma a sociedade, o desejo de viver alguma coisa de mais estranho e novo” (Osório, s.d.: 14-15), ainda que numa sociedade em que ser mulher, sem dinheiro e “sem direitos cívicos”. O que o romance ilustra é a construção de uma elite nova, desconhecida, em volta de um sentimento utópico natural:

O que me impulsionou, confesso, foi o desejo de me encontrar num mundo novo, numa sociedade diferente da nossa, constituída por pessoas laboriosas, que sabiam o valor real da vida, despidas de preconceitos, gente desempoeirada pela libertação nobilitante do pensamento onde, julgo, me vou encontrar bem a gosto, trabalhando sem peias, lutando sem entraves para apressar a hora da justiça que antevejo. (Osório, s.d.: 15)

Leonor rever-se-á depois em Antonina, também ela “impulsionada pelas próprias ideias”, com a energia do seu sentimento de revolta”, na fragilidade retórica da argumentação que não encontra eco no juiz (*Ibid*: 99). Nota-se a transformação do indivíduo num grupo de indivíduos fraternos.

É como ela que eu penso.

É como ela que todas pensamos (*Ibid*: 105).



Inicialmente, Leonor, depois Antonina, é um “franco-atirador sem guerrilha organizada” (os termos são de Ana de Castro Osório, cf. s.d.: 78). Só depois reage, como aconselha Bacelar aos seareiros, organizando uma força que advém de não estar sozinho, ainda que o impulso inicial tenha sido solitário.

Contrariando porém António Sérgio, a ideia de um sacrifício pessoal não é evidenciada. No romance de Ana de Castro Osório, é possível que cada um não eleve “[...] no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo eu, que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional que é o ponto de vista social” (Sérgio, 1926, 292). É racionalmente concebível que agora o indivíduo se liberte libertando outros. A utopia parece estar representada no romance com um momento eufórico, uma viagem de automóvel em 1927. A sensação de liberdade que dá a velocidade é, no limite, um sentimento sublime: não teme os perigos dessa velocidade. O motorista acelera (algo paradoxalmente por ordem do tio um pouco conservador que quer agradar à sobrinha), mas Leonor centra-se nessa velocidade desconhecida, outrora julgada impossível. A personagem está consciente dessa euforia: à sensação de viajar no automóvel é semelhante à de percorrer o caminho utópico para um mundo que ainda não existe:

Quando assim vou levada em grande velocidade por uma noite de luar como esta, tenho a impressão agradável de que seria possível correr, até deixar o mundo e continuar no espaço, talvez! – uma vida melhor!... – disse Leonor a rir, para encobrir uma grande e doce comoção, que a compensava das longas horas de constrangimento que passara. (Osório, s.d.: 107)

Tal como a *Utopia* de Morus, poderíamos dividir este romance de Ana de Castro Osório em dois livros: um em que se descrevem as agruras da vida que lhe coube em sorte e outro em que se descreve uma forma de vida nova, um mundo novo construído pela protagonista. A utopia inscreve-se na segunda parte do romance, quando Leonor dá forma ao sonho de construir com Bernardo uma cidade exemplar, nascida do nada, no meio da floresta: chamar-lhe-ão Nova Esperança. A cidade ergue-se no interior do Estado de São Paulo. Leonor e Bernardo usam (contra os americanos que ocupam terras no Brasil) as armas com que os americanos triunfavam na sua neocolonização: o uso das novas tecnologias, as novas formas de *marketing* político. A nova cidade tem obviamente um caminho de ferro para comercializar o que é produzido localmente. Os seus administradores investem em

filmes de propaganda política passados nos cinemas do Brasil ou fora das fronteiras nacionais. Passa na rádio a publicidade ao que a cidade significa para os que nela trabalham. No mundo novo em que Leonor se move não basta ver, é preciso ser visto; não basta pensar, é preciso ser ouvido.

Devemos aqui realçar que muitas das ideias patentes nos textos programáticos da *Seara Nova* se encontram aqui plasmados nesta cidade fictícia: o investimento em meios de transporte, a melhoria das condições de habitabilidade, o pagamento de salários dignos aos trabalhadores braçais, a industrialização da agricultura, sobretudo para os trabalhos mais violentos, a formação profissional, os planos de saúde básicos, as escolas para todos... Os trabalhadores são felizes, porque respeitados. Nesta “grande cidade lusitana” [*sic*], inda que se dê preferência aos portugueses que chegam ao Brasil, admitem-se diferentes raças, diferentes gentes que querem viver juntas de forma justa (Osório, s.d.: 257).

Ideias todavia não faltam! Saem da “semeadora de ideias” (*Ibid*: 221) – ainda que pareça casual esta metáfora agrícola numa autora seareira, ela parece-nos significativa – e do entusiasmo de homens e mulheres que trabalham em conjunto para um bem comum. A igualdade entre os dois sexos, bem próxima, é prenunciada no final do romance. Ocorre precisamente por via de uma elite, de mulheres que ascendem a um estatuto que lhes permite dialogar com os governantes:

Antonina é hoje uma força na vida social brasileira. Impõe-se conquista adeptos, consegue quanto quer dos governos, fala, convence e torna respeitadas as que representa. Por ela o feminismo há-de triunfar no Brasil mais cedo do que se imagina, se bem que as outras mulheres pouco façam por ele, satisfeitas da sua condição de escravas felizes. (Osório, s.d.: 259)

### ***Mundo Novo: um romance feminista***

As perguntas de Leonor sobre as limitações do seu sexo radicam na possibilidade de o impossível se poder realizar. É possível uma vida melhor para todos, homens e mulheres? É possível o recíproco amor ao outro, um egoísmo que se assemelha ao altruísmo (*Ibid*: 299)? Também aqui a transformação é lenta e a perfectibilidade não é imediata. Levará tempo, ainda que Leonor saiba o que fazer com o conhecimento que vai adquirindo. Levará ainda mais tempo até que os outros a percebam, embora a ela já depois pareça simples formular a ideia de igualdade entre os dois sexos: “[A mulher] Tem de ser tratada com o respeito e com a mesma franqueza com que se tratam os homens inteligentes!...” (*Ibid*: 115).

O problema é também moral, por vezes religioso. Quer Deus que a gente seja feliz? “- Que linda há-de ser essa religião que não quer que a gente sofra?” (*Ibid*: 334), diz a criada mulata com a mesma suspeita da patroa branca. É a utopia possível? E porque não há de ela ser possível? Leonor apresenta-se como uma construtora de um pensamento crítico, um “semeador de ideias” (*Ibid*: 221). “- É que tu não sabes a mania desta menina [...] – olha que tem um tão grande amor ao próprio pensamento que o seu ideal seria que se inventasse um fixador e registador de ideias...” (*Ibid*: 83).

Na mulher, o que é que pertence à natureza e o que é que se deve à educação/ cultura? A questão, que se poderia colocar também para o sexo masculino, não tem nos dois sexos a mesma relevância. Se o que une todos os seres humanos, homens ou mulheres, é o prazer individual de viver e amar, é impossível que um homem admita esse prazer numa mulher, ainda que o admita para si próprio? A mulher deve reconhecer esse prazer “natural” no homem, mas pode o homem reconhecê-lo na “natureza” da mulher? Leonor levará todo o romance até encontrar um homem que a compreende, Bernardo, um homem que a convence finalmente da bondade do casamento ou da maternidade para que toda a mulher estava (segundo ela ouvia, mas não o cria) vocacionada pela Natureza.

O romance de Ana de Castro Osório avança um pouco na discussão do que é uma “natureza feminina”. Pois o que é a natureza humana feminina que não se confunda com aquilo para que é educada? É feita a mulher para casar. Mas o que ama consequentemente uma mulher no casamento? O que deve amar, o que lhe é mais conveniente: uma “escravidão mansa, “uma soberania, hipócrita”, um “argumento económico”, para satisfação da tranquilidade social, uma ideia de amor que não resiste à dor (*Ibid*: 32, 105). É feita a mulher para ter filhos. Mas o que ama a mulher na maternidade? Dir-se-ia que é da natureza feminina amar as crianças. Mas ama então uma mulher todas as crianças, ou só as suas? Que paradoxo então: “Em geral os melhores pais, os mais dedicados e sacrificados à felicidade dos filhos, sentem pelas crianças alheias uma indiferença absoluta” (*Ibid*: 29).

Esta constante reformulação interrogativa repercute-se ainda na educação que Leonor recebeu e na que procurou adquirir. A auto-educação de Leonor descobre-se cheia de equívocos. O enredo do romance é uma viagem em que a utopia se confronta com os seus limites. É uma guerra sem armas, mas em que as elites vão constrangendo o indivíduo solitário. O mundo novo é uma fénix em que as elites novas nascem das velhas, por

vezes com níveis lentos de perfectibilidade. A viagem de Portugal para o Brasil permite a Leonor, como deve ter permitido à própria Ana de Castro Osório quando lá viveu, acompanhando o marido, ir descobrindo duas faces de uma mesma moeda.

O mais curioso, porém, é que as leituras funcionam sempre como um gume de duas faces, uma dualidade a que a leitora vai dando sentido dialético. Vejam-se as considerações que a personagem faz sobre a sua educação literária: os jornais internacionais a bordo dos paquetes, as bibliotecas de bordo, “desde os romances detestáveis de sentimentalismo piegas às canálicas abjectas dos industriais da pena”, a literatura branca das sociedades moralistas dos Estados Unidos, os romances históricos, os dramas policiais, os clássicos da literatura inglesa, francesa e portuguesa, os contos de fadas, os romances populares da criada Rosa, os enciclopedistas, Garrett, Soares de Passos, João de Lemos, Castilho, Herculano, Rebelo da Silva, Camilo, João de Deus, Júlio Dinis (ah, muito, muito pouco Eça de Queirós), e ainda, em realce, uma autora francesa, George Sand, criaram nela uma “tão exagerada compreensão dos compromissos moralmente tomados, que me julguei absolutamente e definitivamente ligada ao meu noivado” (Osório, s.d.: 21-2; 53-4). Mas ao mesmo tempo constroem nela a ideia de uma dignidade própria da aventura do ser humano que é essencial para formar nela o sonho e a insatisfação: como se a própria ideia do amor que a libertava nascesse maculada pela expetável subserviência!

### ***Mundo Novo: um romance elitista***

Leonor, na sua viagem de Portugal ao Brasil, e no Brasil, vai constataando o quanto é dialética a verdade. O desprezo com que a protagonista é tratada ajuda o leitor a ser sensível à imperfeição do projeto utópico. As razões ditas convivem com as dissimuladas. O que criticamos nos americanos pode ser solução para os derrotar. As bugigangas Made in Germany que se vendem como típicas na ilha da Madeira (Osório, s.d.: 46) impulsionam depois para a criação *in loco*. A incapacidade dos emigrantes portugueses de promoverem os produtos nacionais no Brasil abrem espaço a uma economia mais dinâmica. O fosso cultural, ou económico, desde logo, que se cava entre colonos e colonizados não é reversível quando os colonizados se tornam colonos. A lenta industrialização das propriedades agrícolas, a ausência de uma escolaridade básica entre os mais pobres, o desrespeito pelo trabalho braçal, o sofrimento como remédio divino, a luta inglória de quem não tem direitos políticos e a desproteção jurídica dos mais fracos, alertam o leitor

para a complexidade dos direitos exigidos pelas mulheres, desde logo, mas também de todos os que estão silenciados porque só servem para servir, as criadas, os trabalhadores agrícolas...

Não há dialética sem a possibilidade de se considerarem antinomias e aproximações. O distanciamento temporal e espacial da viagem permite, decerto, ver inesperadas semelhanças entre o que está separado. Leonor descobre a Europa ainda no Brasil. O Brasil é também a África em que ela passou a adolescência. O Brasil é ainda o solo em que crescem as árvores trazidas do Oriente (*Ibid*: 73-5). Mas o distanciamento permite também recriar o mundo, num solo virgem, com novas sementes. Leonor encontra no Brasil o preconceito de que fugia e a oportunidade que buscava. O Brasil, ainda que independente, é ainda, porque a leitura dos signos o permite, o istmo de um Portugal sonhado. Estamos perante as ambivalências do tema, tal como era inevitável na perspetiva ocidental dos povos europeus que levavam a civilização aos confins do mundo. O Brasil é ainda aqui a colónia, ainda que agora os portugueses sejam os de fora. Sob a capa de uma experiência exótica, revivendo-se a época dos bandeirantes, o Brasil é ainda um Portugal reinventado, de coisas nunca vistas. Significativamente, quando o barco se aproxima da costa brasileira, se descobrem peixes que voam. Acompanham o barco e a personagem identifica-se com eles: vivem na água ou no ar (*Ibid*: 76)?

O que os sucessivos episódios de Leonor parecem demonstrar ao perplexo leitor é a impossibilidade de uma cultura ter certezas. São tantos os exemplos contraditórios que devemos (pelo menos) colocar a hipótese de o romance *Mundo Novo* ter laivos irónicos, no limite anti-utópicos, mesmo se misturados com os utopemas.

No Brasil que tinha sido colónia portuguesa, Leonor conhece agora a colónia dos portugueses. Mas, nas novas cidades que vão surgindo em terras brasileiras, não há ainda outros colonizadores (os americanos que tomam a terra brasileira como sua), num jogo de estratégia mais amplo, a um nível global?

O que é revolucionário em Portugal é conservador no Brasil (*Ibid*: 117). Mas o que é revolucionário no Brasil pode ser exemplo para Portugal?

É expectável que o clima quente incentive uma cultura informal (Osório, s.d.: 110). Mas porque se afadigam os “brasileiros” a usar a moda de Paris, própria dos climas frios?

Quantas vezes a cultura impede o que a civilização permite (*Ibid*: 107)?

O que distingue os seres humanos das plantas? Não são os emigrantes uns exilados que por vontade ou necessidade se desenraízam ou aclimatam (*Ibid*: 215)? Misturam-se com outra terra em que mergulham as raízes, ou adiam-se na esperança vã do regresso.

A nossa terra é onde nos sentimos felizes porque associamos o conhecido ao que é seguro (*Ibid*: 117)... Também a nossa terra é onde nos sentimos infelizes, porque a pátria nos desgosta por vezes ainda mais ou a estranheza se confunde com a solidão (*Ibid*: 119, 122)...

Reconheça-se: este Novo Mundo tem muito de Velho e o Velho Mundo tem já muito de Novo (*Ibid*: 117).

O programa da *Seara Nova* compreende algumas das iniciativas de Leonor na cidade Nova Esperança. Em defesa de idêntica Política do Espírito, se advogava no romance de Ana de Castro Osório o combate ao analfabetismo, o equilíbrio das finanças domésticas e públicas, a defesa das classes medianas e pobres, a reorganização dos serviços de assistência, a proteção efetiva dos trabalhadores, o apoio ao emigrante, a transformação do emigrante num fator de dinamização económica e cultural, a valorização da política agrária, a implementação de uma política industrial com a mecanização da agricultura e o desenvolvimento dos caminhos de ferro, a implementação de uma política colonial que contrarie a propaganda das missões estrangeiras interessadas nos mesmos territórios, a defesa das raças indígenas, o estímulo da produção local, o ensino primário e secundário gratuitos, as bolsas de estudo nacionais e internacionais, a orientação profissional, o apoio ao ensino especializado e o fomento da educação popular... (cf. SN, n.º 12: 297-302)...

Quando Leonor regressa a Portugal, agora na posse de avultados bens próprios por sua mão conquistados, já menos se discute a sua opinião. Não pode ser por acaso esta ironia, pois a própria Ana de Castro Osória a coloca na boca da protagonista: o poder das elites económicas lhe permite uma opinião diferente da comumente aceite...

Aliás, Ana de Castro Osório vai incluindo no seu texto, cremos que bem explicitamente, algumas incongruências da narrativa utópica: como Tomás Morus, “enreda-se em contradições, perde-se em incertezas”, sobre o caminho possível do sonho movido ainda pelo preconceito ou o pré-conceito, uma circunstância limitadora. Mas essas contradições parecem ser irónicas e valorizadas, ao contrário do que criticaria Álvaro Salema, em 1935. Cremos que com óbvia ironia, Ana de Castro Osório inclui no romance *Mundo Novo* a questão que a separou de Maria Veleza na Liga Republicana

das Mulheres Portuguesas (Silva, 1992): devem ter direito ao voto todas as mulheres independentemente da sua condição ou somente aquelas que estivessem em posição de provar a sua independência intelectual, por pagarem impostos, maiores de idade e instruídas? Ana de Castro Osório não quer que a falta de instrução da maior parte das mulheres comprometa o avanço jurídico que pode ser alcançado pelas elites. Maria Veleda discorda. A questão, debatida pela sociedade pensante, e inclusive nos meios republicanos aquando do voto da primeira mulher nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1911 (Carolina Beatriz Ângelo), acabaria saldada com a reformulação da lei em 1912, negando o voto às mulheres. Mais tarde, será o Estado Novo a conceder o voto aos cidadãos do sexo feminino, em 1931, crendo-se no apoio das mulheres ao novo regime. Um diálogo fulcral que é retratado pluralmente no romance de Ana de Castro Osório quando se debate o sexo dos votantes...

– Deverão ser as mulheres e os homens. Não há nada mais ridículo do que separar sexualmente as qualidades e os defeitos. Não há qualidades morais inerentes a um sexo. Perante a inteligência humana há só qualidades individuais.

– Assim está certo, assim concordo com a sua propaganda, D. Antonina! – meteu-se um senador nortista na conversa. – Quando você e a sua amiga quiserem ser deputadas e senadores, teem um voto, agora as outras não senhor!... Só se forem senadores pintados...

– As outras não pode dizer, Senador! As que forem como nós, que entrem, as que quiserem continuar a vida de guignol e écran, que vivem [*sic*]...

– Ah, se houver mais como as senhoras, concordo que votem e sejam votadas...

– Mas também nós não concordamos com o voto concedido à maioria dos homens – protestou D. Lili, uma encantadora feminista muito elegante, muito culta e representativa do elemento intelectual de São Paulo que viera despedir-se de Leonor. (Osório, s.d.: 295)

Será Ana de Castro Osório um reflexo imperfeito desta encantadora feminista muito elegante, muito culta e muito representativa? De novo a utopia se cruza com a questão das elites...

### **Conclusão aberta**

Como numa peça de Strindberg, a luta das mulheres se sujeitará a outras lutas, mais vastas, que a conformam ou deformam: como a desigualdade entre as classes económicas, ou a tensão entre as raças. Seria

também interessante ler este romance através destas outras imparidades. As existentes no diálogo já referido sobre se Deus nos quer a todos felizes... Ou as do sentimento de superioridade intelectual, que nos leva a ler a raça negra como inferior. Não demonstraria a superioridade técnica uma superioridade intelectual? O que é da natureza e o que é da cultura? Mesmo na igual inferioridade jurídica se estabelecem conseqüentemente diferenças de grau. No romance de Ana de Castro Osório, questiona-se o impulso que se diz natural: nas questões de cor, certo é que todos são desiguais, mas uns são decerto mais desiguais do que outros: “Há na Misericórdia de Lisboa um livro especial para o registo de baptismo dos engeitados de cor, diferenciando-os dessa forma dos que, parece, lhes deviam ser igualados pela desgraça” (Osório, s.d.: 62). Veneno ou remédio? A alquimia só os distingue na dose engolida.

Mais complexo ainda se torna este lhan romance quando as questões da raça ou da estrutura social se misturam com as de género... Mas novamente encontramos perguntas (não descuremos o seu efeito retórico), cujo fim parece ser unicamente fazer pensar, sem que se decida a resposta do leitor, ou se conheça a de Ana de Castro Osório. O impulso que nos faz aceitar o homem branco que mestiça com o sem amor fora da sua terra natal é o mesmo que nos desgosta de ver, em palco, a branca Ofélia nas mãos do negro de Veneza? É o escravagismo uma causa brasileira ou universal? (*Ibid*: 126). Masculina ou feminina? Disjuntiva ou conjuntiva? Como compreender o alcance, neste romance de 1927, das referências aos mestiços no Brasil e em África, em número muito mais significativo na colonização portuguesa que nos restantes impérios europeus? O que é ser mestiço? Mestiços seriam todos os que não são da nossa raça (*Ibid*: 121). Em que sentido se usa aqui “raça”? E o que interessa isso? “A carne é a sombra do esqueleto” (*Ibid*: 60-4). Mas Silvina, a criada mulata que acompanhou Leonor no regresso a Portugal, melhor fará se não sonhar que vai um dia casar com Angelino, criado português:

Seu Angelino mi disse um dia no baile: Silvina se você fosse portuguesa eu me casaria consigo. – Eu disse p’ra ele – meu papai era português. – Não é a mesma coisa! – Não é a mesma coisa! – E agora que eu estive cá em Portugal bem vejo que não é a mesma coisa!... (Osório, s.d.: 338)

### Referências bibliográficas

- Cunha, Norberto Ferreira da (2002). “A Seara Nova da Cidadania (1921-1945)”, *Forum*, 32, Jul.-Dez., pp. 43-60.
- Dias, Luís Augusto Costa (2002). *Uma Anti-Seara em Seara Nova. Doutrina e Crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*, Cadernos do CEIS20, n.º 3,



- Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/ Universidade de Coimbra.
- Lemos, Mário Matos e (1966). *A Seara Nova e o pensamento da Revolução Nacional*, Cadernos do Quadragésimo Ano, Lisboa. Separata.
- Osório, Ana de Castro (1924). *A Grande Aliança*. Lisboa: Lusitânia.
- \_\_\_\_\_(1927?). *Mundo Novo*. Porto: Tip. Companhia Portuguesa.
- Proença, Raul (1910). *Alma Nacional*: 18, 287.
- Revistas de Ideias e Culturas*. Online: <http://ric.slhi.pt/>
- Salema, Álvaro (1935). “Sobre as utopias de Tomás Morus”, *Seara Nova*, n.º 448, Lisboa, pp. 245-248.
- Sérgio, António (1926). “Aos jovens seareiros de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão”, *Seara Nova*, n.º 87, 13 de maio, Lisboa, 1926, 292-4.
- Silva, Regina Tavares da (1992). *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*. [S.l.]: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social